

Memória do Seminário

INTERvenções **e** dependências **a busca de coerência política para um Desenvolvimento emancipador**

*“Ao longo das últimas duas décadas,
tem-se observado um grande problema no campo da Ajuda Externa:
onde as suas principais instituições têm força,
a pobreza tende a ficar pior, não melhor.”*

David Sogge

23 e 24 de novembro 2012
Lisboa

CIDAC

Índice

Introdução página 3

“Estados fracos no contexto internacional: o caso de África” página 5

“Ajuda oficial para o desenvolvimento: aspetos políticos” página 9

Avaliação do Seminário por parte dos participantes..... página 15

Entrevista a David Sogge página 16

Autoria: Andrea Duarte

Edição: CIDAC

Esta edição faz parte da produção de materiais no âmbito do projeto “*Contraponto – leituras plurais do mundo, os modelos de desenvolvimento em questão*” promovido pelo CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral, cofinanciado pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua e pela Fundação Calouste Gulbenkian e apoiado pelo jornal Público.

Para mais informações contacte-nos através do email: cidac@cidac.pt



FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN



Licença Creative Commons: BY-NC-ND



Introdução

Com o propósito de desconstruir junto do grande público questões globais do desenvolvimento e promover posturas ativas de cidadania, *aprendendo a ler a realidade para intervir nela*, o CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral, no quadro do projeto “*Contraponto leituras plurais do mundo, os modelos de desenvolvimento em questão*”, iniciou em 2012 uma série de iniciativas destinadas a estimular o pensamento crítico e a ação cidadã transformadora através do conhecimento e do debate coletivo das propostas de pensadores reconhecidos internacionalmente.

Neste âmbito, e no seguimento da estada em Lisboa do professor Serge Latouche (em fevereiro de 2012), realizaram-se no Centro de Recursos para o Desenvolvimento do CIDAC, em Lisboa, nos dias 23 e 24 de novembro de 2012, duas sessões do Seminário “*Intervenções e Interdependências: a busca da coerência política para um desenvolvimento emancipador*”, com David Sogge, daqui por diante referido como o Seminário.

David Sogge, o académico convidado para o Seminário, é o autor de diversos documentos e livros sobre as questões políticas da ajuda ao desenvolvimento e da governança. Entre as suas principais áreas de interesse estão as ideologias pelas quais se rege a ajuda internacional (e o seu impacto) e as organizações sociais, que foram o foco do Seminário. Membro da Direção e investigador do *Transnational Institute*, David Sogge trabalha como consultor independente para agências de financiamento do desenvolvimento. Ultimamente, tem colaborado com o NOREF (Norwegian Peacebuilding Resource Centre), um *think-tank* com sede em Oslo¹. A sua pesquisa e outras atividades na área da cooperação em África permitiram-lhe escrever várias obras e artigos de análise sobre Angola e Moçambique e também trabalhar em relatórios (ainda não publicados) sobre a África do Sul. Mais recentemente, a sua pesquisa focou-se na Europa do Leste e na antiga União Soviética. Licenciado em Harvard, David Sogge estudou também em Princeton e no *Institute of Social Studies* em Haia.

Os participantes que se encontraram no Seminário, cujo número excedeu os 20, compunham um grupo bastante diverso de pessoas que trabalham na área das ONG e académicos interessados na temática do desenvolvimento. Altamente participativos, as suas questões e observações contribuíram para que os debates fossem mais concretos e focassem assuntos relacionados com a política internacional e nacional.

As experiências dos participantes e do académico foram valiosas para se debaterem ao pormenor visões críticas da ajuda internacional tal como é organizada hoje. Outros assuntos abordados foram as causas dos desequilíbrios, da pobreza, bem como das possibilidades de alternativas “no terreno” para as ONG, um tema que, obviamente, era de grande interesse para grande parte dos participantes. A relação das ONG com os financiadores e com os “beneficiários” foi discutida e analisada.

¹ www.peacebuilding.no/eng

A primeira sessão do Seminário, realizada no dia 23 de novembro, foi dedicada ao tema “*Estados fracos no contexto internacional: o caso de África*” e abordou os temas dos Estados fracos como conceito “desalojado” da História e da política, a criação dos Estados fracos, as ideologias e ideias que levam à criação de Estados fracos e à assimetria no desenvolvimento.

A temática “*Ajuda oficial ao desenvolvimento: aspetos políticos*” norteou a segunda sessão do Seminário, realizada no dia 24 de novembro, notando-se um grande interesse pelas questões políticas da ajuda internacional - as condições impostas em troca da ajuda internacional, a ajuda Sul-Sul e ainda soluções possíveis para o quadro atual da ajuda ao desenvolvimento.

Após o Seminário, David Sogge concedeu ao CIDAC uma entrevista, que está incluída nesta memória. O objetivo da entrevista é o de esclarecer alguns pontos que suscitaram mais dúvidas durante o Seminário mas, igualmente, estabelecer uma ligação entre o orador e os leitores deste documento.

Integrado ainda no projeto “*Contraponto*”, realizou-se, três dias depois do Seminário, a 27 de novembro, no auditório 3 da Fundação Calouste Gulbenkian, uma Conferência com David Sogge, aberta ao público e dedicada às mesmas temáticas e cuja gravação integral², assim como uma síntese³ com imagens editadas estão disponíveis no *websíte* do CIDAC.

Antes do Seminário, realizaram-se três sessões de um Círculo de Leitura, que reuniu diversos participantes à volta dos capítulos oito e nove da obra de Sogge “*Dar y Tomar*”⁴, de 2001, e dos artigos “*Weak States and the Savage Wars of Peace*” e “*Governância Supranacional - um desafio para a construção de Estados Resilientes e da Paz*”.

Os próximos ciclos de atividades do projeto “*Contraponto*” integram novas iniciativas deste género, com convidados internacionais e temas ligados ao conceito e às práticas do desenvolvimento, com o objetivo de promover um debate continuado, estruturado e progressivamente mais aprofundado, sobre esta problemática.

Todos os materiais bibliográficos, artigos, relatórios e materiais audiovisuais referidos nesta memória podem ser encontrados no Centro de Recursos para o Desenvolvimento do CIDAC.

² [Vídeo completo da conferência com David Sogge, 27 de novembro de 2012](#)

³ [Vídeo síntese da conferência com David Sogge, 27 de novembro de 2012](#)

⁴ “*Dar y Tomar*”, David Sogge, 2001; edição em inglês “*Give and Take: What's the Matter With Foreign Aid?*”, 2002

“Estados fracos no contexto internacional: o caso de África”

Durante a primeira sessão (a 23 de novembro) do Seminário, o foco esteve sobre a contextualização dos Estados frágeis, bem como sobre os obstáculos ao estabelecimento destes Estados. As opções políticas e as questões históricas que estão envolvidas na denominação de um Estado como frágil foram analisadas por David Sogge e pelos participantes do Seminário, que se envolveram na discussão da ideologia que leva o Ocidente a não promover verdadeiramente, (na opinião de David Sogge), no caso concreto discutido, a formação de Estados africanos fortes.

O conceito de Estados frágeis é também explorado no documento da autoria de David Sogge (que foi alvo de análise durante uma das sessões do Círculo de Leitura que precedeu o Seminário), *“Weak States and the Savage Wars of Peace”*, um escrito recente⁵. Nessa análise, o autor defende que *“os relatos oficiais sobre Estados falhados retratam-nos como ilhas autónomas, cujo verdadeiro falhanço é não ter apanhado a onda da globalização”*. Hoje em dia, as oportunidades para as elites governantes nesses Estados e nos Estados ocidentais que efetivamente os controlam são maiores do que nunca e incluem um acesso desregulamentado a serviços bancários privados que facilitam o saque dos serviços públicos, a evasão fiscal e a lavagem de dinheiro, a soberania como uma *‘commodity’* para venda ao leilante com mais dinheiro e um mercado em grande crescimento de armas e serviços militares. A emergência de regimes de renda é uma das consequências, assim como o fraco incentivo para que as autoridades se envolvam com os cidadãos, que não são, de facto, as suas fontes de poder legítimo e de receita. Os sistemas de incentivos globais têm, assim, precedência sobre a política doméstica, avança Sogge.

Contudo, há motivos para pensar que o conceito de Estados frágeis pode ser abandonado se pensarmos nestes Estados dentro do seu contexto histórico-político. Uma lente mais abrangente, escreve David Sogge, levaria a considerar sobretudo *“os sistemas de incentivos supranacionais disponíveis para as lideranças [dos Estados frágeis] que são fornecidas pelas próprias leis e práticas do Ocidente”*. Foi sobre esta perspetiva que o primeiro debate do Seminário se debruçou.

⁵[*“Weak States and the Savage Wars of Peace, David Sogge 2011”*](#)

Estados fracos como conceito “desalojado” da História e da política

Segundo David Sogge, o conceito de Estados frágeis é usado “*como enquadramento para dirigir esforços de cooperação e também militares*”. “O caso concreto” que será usado para ilustrar esta situação será o da África subsahariana.

Em primeiro lugar, “*na África, há alguns pontos que são muitas vezes esquecidos quando se fala de Estados frágeis. Uma coisa que devemos ter em conta é que cada Ministério dos Negócios Estrangeiros dos EUA e da Europa tem, hoje em dia, os Estados frágeis como prioridade*” na questão da segurança. A África apresenta “*uma [grande] multiplicidade étnico-linguística*”.⁶

Se se utilizar a lente da economia política, que “*engloba a perspetiva das empresas, dos aparelhos militares e da diplomacia*”, África é muitas vezes vista como uma ameaça. Primeiro por causa do comunismo, agora por causa do terrorismo islâmico. “Do outro lado desta moeda, está o discurso do desenvolvimento”. Esta visão implica papéis para as classes. Do lado da liderança, espera-se “*a captação de rendas*”, isto é, “*de receitas da indústria extrativa*”, sobretudo, mas também do desenvolvimento, e ainda o sustento da proteção. Por exemplo, numa possível guerra no Mali, haverá papéis para as empresas de segurança, mas também para as elites.

No entanto, a referência à história e aos modelos económicos que levaram à criação dos Estados frágeis fazem pouca moça aos doadores. O que estes querem é “*uma governação limpa e eficiente*”, mas na verdade abrem “*caminho à corrupção*”. Além disso, “*querem participação*”, mas advogam bancos centrais fortes, marginalizando os Parlamentos. “*Querem eleições*”, enquanto introduzem “*elementos desestabilizadores*”. Querem também “*ownership' (apropriação) mas, a meu ver, as influências dos doadores [no sentido contrário] são mais fortes do que essa apropriação*”.

⁶ [“Estados Fracos no Sistema Internacional: O caso de África”, David Sogge, Seminário, 23 de novembro de 2012, Projeto ‘Contraponto’, CIDAC Lisboa; slide dois, Diversidade Etnolinguística](#)

Criação dos Estados fracos

Para David Sogge, nos últimos 15 anos do colonialismo, assistiu-se à “*criação de Estados [em África] com muita rapidez. O Estado, naquela época, estava ao serviço dos poderes coloniais*”, estabelecendo-se “*com muita violência*”. Nessa altura, “*o conceito de desenvolvimento tinha dois mandatos*”, que se traduziam no “*duplo mandato imperial / das obrigações paternalistas e do desenvolvimento orientado para a facilitação da extração de matérias-primas e de mão de obra*”. Era uma conceção do Estado sem objetivos “*que possamos entender como os de um desenvolvimento emancipador*”. Neste contexto, “*quase nada*” chegava à sociedade civil, havia uma “*diferenciação em termos políticos*” e existia “*pouca reciprocidade*” entre o Estado e os cidadãos.

As consequências foram um “*acesso limitado à propriedade*”, a “*pouca acumulação*” da riqueza e o fraco crescimento de classes. “*Noutras palavras, a base que podemos reconhecer como base para um Estado de Direito era muito fraca. Apesar disso, “havia rebeliões armadas” e “certos exemplos de ação política”. Nos anos 1940 e 1950, são conhecidos “exemplos de vida sindical”⁷ e ainda “igrejas independentes e vida política”. Em termos de resultados, “há certos intelectuais em África que consideram que o Estado em África é importado”. As “bases sociais são fracas”, assim como a prestação de contas e as “economias são voltadas para o exterior. Em suma, há uma extroversão do Estado africano”. Em termos de líderes, estes eram “selecionados”, diz Sogge, citando os exemplos de Mobutu e Lumumba.*

Na época do pós-colonialismo, “*temos conceitos de neo-patrimonialismo. Um outro conceito é um Estado pouco visível mas que se mostra em certos sítios da vida social, é o Estado rizoma*”.

Ideologias e ideias que levam à criação de Estados fracos e à assimetria no desenvolvimento

Sogge comenta que “*o que o FMI [Fundo Monetário Internacional] e o BM [Banco Mundial] fizeram em África foi reduzir os fluxos para fora e aumentar os fluxos para dentro*” Ou seja, para o FMI, os Estados deviam “*reduzir os impostos sobre o comércio externo e investimentos de fora*”. A compensação, para o FMI e o BM, “*seria aumentar os impostos sobre o consumo interno*”. Durante o período em que o FMI implementou essa política, cerca de 30 anos, os Estados médios ficaram cerca de 50% mais pobres. A situação foi “*ainda pior para os Estados mais fracos, como a Guiné-Bissau ou Moçambique*”. O que acabou por se passar foi “*o empobrecimento dos Estados, em especial dos mais pobres*”.

⁷ “*Les Bouts de Bois de Dieu*”, Sembene Ousmane

Outro aspeto que tem *“tido impacto em África”* é o dos paraísos fiscais. Os resultados desta política têm sido um fraco *“contrato público em África”*, a *“reprodução de designações”* e a *“vulnerabilidade a choques”* do tipo financeiro.

“Como, com todas estas políticas, podemos falar em Estados frágeis, se lhes negamos a possibilidade de agir autonomamente?”, interroga-se David Sogge. *“O verdadeiro controlo vem de fora”* dos territórios africanos.

Uma das interrogações da audiência veio precisamente neste sentido: *“quais são os mecanismos e as ideologias que levam um Estado frágil a tornar-se um Estado corrupto?”*. Um exemplo citado por David Sogge foi o da Guiné-Bissau. *“Há vários modelos e ondas de ideologias. Na Guiné-Bissau, entre 1988 e 1989, foi imposta aos guineenses uma política que incluía a redução de verbas estatais”*. Uma das medidas era o corte de cerca de metade dos efetivos do exército, o despedimento de cerca de 6.000 militares. Outra teve a ver com a moeda e com as privatizações: *“deste neoliberalismo pode traçar-se uma linha direta para o colapso de 1997-98”*.

Outro participante, que conhece bem o caso da Guiné-Bissau, acrescenta: ao mesmo tempo, *“criou-se uma lei das associações para suprir a morte dos serviços públicos”*, comentando que *“os doadores”* criam, assim, *“simulacros de intervenientes nos países em que intervêm. Conseguiu-se mesmo diabolizar as estratégias do associativismo juvenil pré-existente”*. Além disso, diz ainda, *“sobre a política de ajustamento na Guiné-Bissau, podemos ver uma sobreposição quase exata da classe política e da classe empresarial.”* Durante as privatizações, *“a renda foi captada pelas pessoas que negociaram os acordos”*.

Outro participante destacou que *“as intenções dos doadores têm também a ver com as ideologias e a sua coerência”*. Como exemplo, lembrou a política da Holanda, nos anos 1940, ao *“manter a Indonésia como colónia”*. Há *“contradições entre países ocidentais”*, no entanto, que levam a *“choques”*. Nos anos 1970, a mesma Holanda seguiu uma *“política de direitos humanos para promover a emancipação”*, mas *“em 1979, 1980, essa política foi imposta pelas forças da Europa Ocidental e de Washington”*, apesar de hoje *“ser política oficial em todo o mundo”*. Quanto à política neoliberal seguida em África durante décadas, o mesmo participante referiu que *“a grande depressão económica em África a partir de 1979”* deveu-se à *“economia de mercado”*, mas *“houve decisões prévias”* que tornaram as economias menos capazes de enfrentar esse choque brutal dos anos 1980.

“Ajuda oficial ao desenvolvimento: aspectos políticos”

A segunda sessão desenvolvida no âmbito do Seminário organizado pelo CIDAC (a 24 de novembro), concentrou-se sobre a ajuda oficial ao desenvolvimento e as suas características políticas. É sabido que a política internacional é indissociável das questões da indústria da ajuda, tendo sido essa uma das temáticas mais estudadas por David Sogge.

No seu livro *“Dar y Tomar”*, Sogge define em quatro dimensões os resultados da ajuda ao desenvolvimento: na sobrevivência, no bem-estar económico, na autonomia política e na autoestima coletiva. Em todos estes campos, as consequências da indústria da ajuda têm sido mais desastrosas do que positivas, conclui, passando por um *“crescimento que produz miséria”* e desigualdade, instituições políticas fragilizadas, vazias e corruptas e pela promoção de sentimentos de humilhação e impotência entre as populações afetadas. A ajuda conduzida ao longo de décadas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, resume, tem, *“sem dúvida, um grande potencial para prejudicar”*.

As alternativas são, no entanto, possíveis e, no mesmo livro, David Sogge apresenta algumas linhas de ação que devem nortear a ajuda internacional para que esta se torne mais benéfica. Há princípios que devem ser observados, como o de não coação, de não prejudicar, e de responsabilidade pelo dano. Em termos das ONG, há certos preceitos que podem ser observados para que a sua ação se torne menos nociva, como o de dar pequenos passos, promover a *“reversibilidade do favor”*, planear perante os imprevistos e planear perante a intervenção humana. A obrigação de respeitar as capacidades e de promover os talentos das pessoas que se vai ajudar é também um imperativo.

No entanto, acima de tudo, David Sogge defende que se deve caminhar para uma reforma das instituições financeiras internacionais que norteiam a ajuda ao desenvolvimento. As suas propostas vão no sentido de se focar a ajuda na ação pública, em meios coletivos que ajam de baixo para cima e não o contrário. A transformação das instituições como o BM e o FMI deve ainda ser acompanhada por uma mudança da política de transferências para os Estados “beneficiários”, substituindo os projetos por processos. A redistribuição deve, de facto, substituir a ajuda ao desenvolvimento. Uma política fiscal mais justa, com fundamentos éticos e pragmáticos, de que hoje já há exemplos práticos, *“não é simplesmente antipobreza”*, descreve Sogge. É uma questão de direitos humanos. Foi sobre esse processo de mudança que o debate do dia 24 de novembro de 2012 se centrou.

Questões políticas da ajuda internacional

David Sogge começou por apresentar o tema dizendo que, *“apesar de ter uma visão crítica sobre a ajuda oficial ao desenvolvimento, ela é uma atividade humana que merece ser desenvolvida”*, mas *“por causa de custos de oportunidade e dos danos causados”*, acaba por ser, muitas vezes negativa ⁸. No entanto, *“há casos positivos, sobretudo por razões políticas.”* Há o exemplo de um programa com *“impacto a longo prazo positivo, nos anos 50: Coreia do Sul, Taiwan.”*

Na Europa, a razão para introduzir o Plano Marshall *“foi essencialmente política”*, prendendo-se com o medo do avanço do comunismo no Continente. Através da ajuda oficial, *“combatia-se a Red Russia”*. A finalidade do programa era a promoção do bem-estar e a *“maneira de fornecer esta ajuda era respeitadora da autonomia dos povos da Europa”*.

Ao contrário, *“quando vemos a ajuda agora”*, esta trata muitas vezes de *“manter esferas de influência”*, como aconteceu *“na América Latina”*. Pode notar-se também um *“reforçar de lealdades políticas no próprio país. Por exemplo, nos EUA, nota-se um fluxo desproporcional para a Arménia. Porquê a Arménia? Há doadores [disponíveis] para campanhas políticas com lealdades étnicas para com a Arménia”*. Há também casos de *“engenharia sociopolítica”*, onde se integra *“a ideia anticomunista, mas também a de [uma criação de] uma classe média”*.

O conceito da ajuda como lubrificante é *“uma forma de ter acesso às elites desse país”*. Mas a ajuda pode ser também um *“instrumento grosseiro”* de fazer política: *“no Brasil, nos anos 50”*, face à influência de uma Igreja de esquerda, *“a resposta foi um grande programa de ajuda para afogar esse movimento”*.

Há ainda momentos em que as expectativas de ajuda desencadeiam decisões políticas. *“Siad Barre, na Somália, forçava gente a viver em campos de refugiados para atrair ajuda internacional e funcionava”*.

“E temos o caso da ex-URSS. O arquiteto da ‘terapia de choque’, Jeffrey Sachs, acabou por confessar nos anos 1990 que [a ajuda dada aos países do Leste] foi uma decisão estratégica e não uma política de desenvolvimento”.

A ajuda é também usada como alavanca mercantil. Segundo um estudo suíço⁹ sobre o *“impacto para a economia do doador”*, por cada 100 francos suíços doados, voltaram para o doador 160 francos suíços, em *“contratos com empresas suíças, ou vinda de pessoas para estudar na Suíça”*.

⁸ *“A ajuda pode frequentemente significar um obstáculo ao desenvolvimento da consciência e dos processos políticos que se necessitam para que os contratos [de desenvolvimento contra a fome extrema] se possam desenvolver.(...) Sabe-se que as medidas de austeridade promovidas pela ajuda causam severos aumentos da desigualdade”*, in *“Dar y Tomar”*, David Sogge, 2001

⁹ *“Ajuda oficial para o desenvolvimento: aspetos políticos”*, David Sogge, Seminário, 24 de novembro de 2012, Projeto ‘Contraponto, CIDAC Lisboa, slide dez

As doutrinas e a agenda ligadas à ajuda são “*evidentes desde 1979*” – “*estou a falar das grandes potências da ajuda, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM)*”. O mercado é visto como a solução para todos os problemas. “*Há um aspeto moral também transmitido: greed is good*”.

Um dos comentários da audiência foi “como é possível que o FMI tenha aplicado planos de cooperação no Sul, falhado, e agora esteja a aplicar a mesma ajuda na Europa”? No mesmo sentido, outro comentário foi: “o que vivemos em Portugal e na Grécia é um caso de ideologia”. Ao que um participante acrescentou: “o interesse dessas agências não é o desenvolvimento do país, mas o desenvolvimento de interesses nos países deles”, de corporações.

Condições impostas em troca da ajuda internacional

As condições para a ajuda são, “*na sua maioria, formuladas em Washington*”. “*Nos anos mais duros do fundamentalismo do mercado em África, o Estado devia ser tão pequeno que se poderia afogá-lo numa banheira*”, citou Sogge.¹⁰

A realidade da ajuda cria “*um sistema de poder*” definido por “*cadeias de ajuda*”. No topo estão as autoridades de financiamento, depois os intermediários (Governos, Organizações Não Governamentais, empresas) e no fundo os beneficiários. “*O mecanismo de ajuda oficial tem muitos aspetos políticos, de poder*” e como tal, “*há certas consequências que se notam nos países*”.

Algumas são: “*os ministérios de planeamento já não existem, ou existem apenas para fazer planos contra a pobreza*”; “*há desequilíbrios nos bens e serviços públicos*”; “*os bancos centrais e ministérios das finanças são bem reforçados*”; e “*o poder dos doadores é maior*”¹¹.

Há um “*problema de incoerência nas políticas dos grandes agentes da ajuda*”, acrescenta Sogge.

¹⁰ *Algures durante os anos 1980, Grover Norquist, presidente da associação [Americans for Tax Reform](#) (Americanos a favor da reforma fiscal), declarou que o Estado devia ser reduzido até que fosse possível “afogá-lo dentro de uma banheira”.*

¹¹ “*The politics of Aid*”, Edited by Lindsay Whitfield, 2008, Oxford

Ajuda Sul-Sul

Uma *“alternativa [à ajuda das grandes Instituições Financeiras Internacionais] que está a surgir é a cooperação Sul-Sul”*, introduz David Sogge. *“Mas será uma alternativa?”*, interroga. *“Há um artigo que fala da ajuda tóxica de países como a Venezuela”*¹². *“Mas, sob certas condições, a expectativa é que [este tipo de cooperação] contribua para harmonizar estas relações”*, revela. *“O sistema de ajuda tem muito mais membros, o que é positivo”*. A cooperação Sul-Sul tem *“uma escala modesta”*, *“há uma certa legitimidade, dizem que há compreensão mútua”* e os custos são mais baixos. *“Para possivelmente aumentar a capacidade dos beneficiários de negociar”*, *“com mais doadores, a volatilidade da ajuda pode ser menor”*.

Mas a ajuda Sul-Sul também comporta riscos: *“pode ter um impacto fraco”*, os *“recursos são poucos”*, o *“empenho falta”* e *“também não é alheio às práticas ocidentais. A Índia, como doador, impõe condições que recusava como beneficiário”*.

A temática da ajuda Sul-Sul foi bastante debatida pela audiência, que começou por lembrar *“a China, que tem a sua própria agenda, ou o Brasil, que exporta através da sua cooperação, colaboram no açambarcamento de terras em África”*. Quando Sogge mencionou a Fundação Getúlio Vargas, foi-lhe respondido que esta também *“promove os agrocombustíveis em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau”*, através de *“programas predadores”*. Outro participante lembrou o *“Banco do Sul, que inclui a Bolívia, o Equador, o Brasil e a Argentina, uma experiência diferente [da típica] cooperação Sul-Sul”*. David Sogge referiu, a esse propósito a cooperação de *“tipo triangular, da Bolívia, Noruega e Equador, para formar pessoas para negociar com as petrolíferas”* e ainda *“outro exemplo, que tem a ver com o mundo sindical, de intercâmbio de dirigentes sindicais entre o Brasil, Moçambique e o México”*.

No entanto, foi apontado por um dos intervenientes que *“nos países que acedem a um maior estado de prosperidade – como a China ou Angola – vemos aparecer uma certa fatalidade nas motivações da ajuda”*, que são *“estabelecer esferas de influência e proteger os seus interesses.”* *“A ajuda é motivada também pelo controlo das migrações e do narcotráfico, etc., para minimizar riscos cada vez mais fortes”*. Ao que Sogge acrescentou que *“os fluxos migratórios são vistos pelo Ocidente como um problema”*, especificando que nos casos da Tunísia e na Líbia de Kadhafi *“não sei se as subvenções para os campos [de imigrantes] não vêm da ajuda internacional”*.

¹² ['Rogue Aid' Foreign Policy, Moisés Naím, 2007, March/April](#)

Soluções possíveis

Sistema de ajuda pode ser superado

Com sistemas redistributivos de receitas globais:

- Abolir jurisdições de sigilo (paraísos fiscais)
- Garantir contabilidade integral para as autoridades públicas, Sul e Norte
- Harmonizar sistemas fiscais
- Impor impostos (acabar com subsídios para) ‘males’ globais
- Dividir receitas, favorecendo os mais pobres e o ‘bem-estar público global’

(Quadro da autoria de David Sogge, apresentado no segundo dia do seminário, a 24 de novembro de 2012)

“Final, acabar com o sistema de ajuda e pôr no seu lugar um sistema de redistribuição, que exigiria abolir as jurisdições de sigilo”, entre outros passos, será “uma utopia? Não ser”, resume David Sogge. Os exemplos do que hoje se pratica vão exatamente no sentido contrário, como é o caso de “toda a indústria petrolífera. O petróleo para os aviões, pelo menos na Holanda, é completamente livre de impostos”. Ou veja-se o que se passa com os desequilíbrios no “comércio do açúcar”.

Sobre a “possibilidade de uma alternativa”, os participantes tiveram muito a dizer: em primeiro lugar, que “é importante ter uma alternativa com alguma clareza. Mas é interessante o facto de o fundamento do (deste) quadro (apresentado por David Sogge) ser o mesmo do Estado Social”. Numa altura em que “as ajudas estão a diminuir”, o modelo “deve assentar num modelo redistributivo, baseado em direitos e não em caridade. Ao nível nacional, estamos a passar do redistributivo para a caridade, e o que propõe é o contrário”, comentou-se.

Este sistema redistributivo, segundo Sogge, “pode tomar outro carácter”, já que “a pobreza, em termos absolutos, se encontra hoje em países de renda média”. Algumas ideias são “mobilizar recursos para erradicar a pobreza através do Estado Social e de políticas que criem emprego” e “a criação de condições para sistemas de redistribuição no país”.

Surgiu, então, uma pergunta: “no mundo, como criar essas condições?”. A resposta de David Sogge passou por alguns exemplos, como a aprovação de *“um imposto sobre as transações financeiras, há três ou quatro meses, pela maioria dos líderes da União Europeia. Se pudermos imaginar esse tipo de medidas, como o fim dos paraísos fiscais, isso pode ser um começo”*.

Outra questão exposta no quadro é a da transparência dos fundos. Mas “os Estados beneficiários tornaram-se peritos em capturá-los”, lembrou um participante, e “há pontos em que perdemos o controlo desse dinheiro”. Tomando esta afirmação como verdadeira, Sogge lembrou que *“os EUA estão a discutir esse assunto”* e que há uma medida que vai no sentido de obrigar *“qualquer cidadão norte-americano com conta noutra país a partilhar os seus pormenores”*, o que configura *“outro forma de exigir mais transparência aos cidadãos e às empresas”*.

Uma vez introduzido o tema das empresas, foi questionado qual o papel destas na cooperação internacional. David Sogge comentou que este era sobretudo de *“relações públicas”*, tendo, *“com pouquíssimas exceções”*, um baixo impacto. A ajuda das empresas *“está vinculada a departamentos de comunicação, não tem nada a ver com o ‘core’ das empresas”*.

No entanto, nota-se hoje em dia uma aproximação entre ONG e empresas. A audiência sublinhou que *“a maioria das grandes ONG têm práticas mais próximas de grandes empresas do que da sociedade civil”*, citando como exemplo a *“Oxfam, que se autointitula líder do mercado na segurança alimentar. Cada vez mais, as ONG têm de ter um ‘business plan’”*, o que *“contribui para um esvaziamento. Algumas ONG passaram a ter muito dinheiro, mas foram esterilizadas”*, reproduzindo estereótipos dominantes. Além disso, *“há uma aproximação cada vez maior entre as ONG ocidentais e as empresas”*. Uma opinião que foi secundada por David Sogge, que recordou o caso de *“associações que se juntaram a bancos na África Ocidental, em primeiro lugar com programas de microcrédito”*, numa experiência com maus resultados¹³.

Perante a pergunta sobre se todo o sistema de ajuda internacional *“é para deitar fora?”*, Sogge duvida se *“houve intenções de tirar boas lições”* de algumas iniciativas oficiais. *“Há uma certa tendência de desencantamento. Agora temos um estudo feito por pessoas do BM¹⁴, que diz que há impactos positivos da ajuda, mas que há grandes diferenças entre os objetivos dos programas e o que se passa cinco ou dez anos depois”* da sua implementação.

O facto de não existir, na maioria dos casos, essa avaliação a longo prazo dos resultados, levou ao comentário dos participantes de que *“aí haveria também uma discussão dos métodos e das formas de avaliação e das condições em que é feita a avaliação dos projetos”*. O problema, como refere Sogge, é que *“ninguém pensa na verba para a avaliação no início dos programas”*. Por exemplo, sem avaliações

¹³[*“What is the evidence of the impact of microfinance on the well-being of poor people?”*, “Duvendack Report”: , “Microfinance in evolution An industry between crisis and advancement”. Deutschebank](#)

¹⁴ [*“Localizing development : Does participation work?”*, Mansuri, G., and V. Rao. 2013, Washington DC: World Bank](#)

fiáveis, Sogge está “*pessimista em relação ao microcrédito, creio que não corresponde às expectativas*”, no sentido de tirar as pessoas que a ele recorrem da pobreza.¹⁵

Avaliação do Seminário por parte dos participantes

O final do Seminário ficou marcado por uma avaliação, tanto por parte dos participantes, como por parte de David Sogge. Embora esta tenha sido, no geral, positiva, é interessante destacar alguns pontos.

Para David Sogge, os temas mais fortes tratados nos debates prenderam-se com “a política, o desenho das estratégias de ajuda e o modelo da cadeia de ajuda”.

Embora Sogge concorde com os comentários feitos pelos participantes, houve um que lhe chamou a atenção, já que alguém referiu a barreira linguística. David Sogge falava em português e interrogou-se sobre “o aspeto metodológico: apesar de o português ser mais acessível para todos os participantes, quais teriam sido as consequências se o Seminário tivesse sido em inglês?” Além disso, já que o tema do Seminário não ficou estritamente definido à partida, sendo dada grande liberdade ao académico convidado para escolher as questões a abordar, Sogge referiu que “talvez com mais foco tivesse sido melhor”. Por outro lado, um aspeto positivo foi precisamente “esse lado mais abrangente de um enquadramento teórico que muitas vezes falta às pessoas”.

Do lado dos participantes, os pontos mais valorizados foram a partilha de conhecimentos sobre o sistema atual de ajuda ao desenvolvimento, com uma visão do paradigma global e a partilha de experiências “in loco”, e também a forte interação com a audiência. Numa nota menos positiva, referiram-se a falta de perspetivas de futuro e o constrangimento do tempo face a um tema tão complexo.

¹⁵ [“What is the evidence of the impact of microfinance on the well-being of poor people?”, “Duvendack Report”:](#)

Entrevista a David Sogge

A entrevista a David Sogge foi conduzida pela autora desta memória. Numa tentativa de focar alguns pontos de interesse debatidos no Seminário, dirigiu o diálogo para as questões do desenvolvimento e possíveis soluções e alternativas ao modelo existente de ajuda ao desenvolvimento. Numa segunda parte, perguntou-se a David Sogge o que o motivou a estudar esta temática.

As questões políticas do desenvolvimento e da ajuda

Na Europa, neste momento, as estruturas coletivas não-governamentais estão “oprimidas” pela ideia dos planos de ajustamento estrutural, sem verem uma alternativa aos planos do FMI e das instituições europeias. Estes planos resultaram, em outras décadas, no resto do mundo? Podemos falar um pouco sobre isso?

Acho que agora é uma história mais ou menos aceite que isso não foi um sucesso. Mesmo o Banco Mundial [BM] e o FMI dizem que isso é do passado, 'agora temos outra estratégia, outro modelo'.

Mas as medidas são as mesmas.

Mas muitas das medidas são as mesmas. É, como se constatou hoje de manhã, o caso aqui em Portugal. Esta história não é nova. Posso sugerir alguns textos que colocam esta questão.¹⁶ Mas fica a questão: porque continuam a aplicar-se tantas regras de um jogo que tem tantas falhas? É um assunto ainda não suficientemente debatido. Mas estamos a aproximar-nos de um momento em que podemos ter um debate mais claro, de linhas mais nítidas. Porque temos um crescente número de economistas que saíram das instituições e criticam [os modos de atuação das Instituições Financeiras Internacionais]. O [Joseph] Stiglitz é o mais famoso, mas há vários outros, como Simon Johnson, ex-chefe economista do FMI. Com os argumentos desse tipo de pessoas, o debate ganha mais prestígio e estamos a ver um debate sobre impostos, estamos a ver um crescente receio de que os novos doadores vão também sair da ortodoxia. O Brasil, alguns outros países da América Latina, o Vietname, até um certo ponto a Índia, negam essas teorias estratégicas. Vamos ver sobre que bases esses países vão construir os seus programas de ajuda. Isso será o grande desafio. Nessa ótica, não sou completamente pessimista [no sentido de pensar] que a batalha foi vencida pelo pensamento clássico, o fundamentalismo do mercado.

¹⁶ [“The aid effectiveness literature: The sad results of 40 years of research”](#), Doucouliagos, H., and M. Paldam. 2009, *Journal of Economic Surveys* 23(3):433-461.

Sobre estes novos doadores, no dia 23 de novembro não chegou a completar o seu pensamento quando dizia que “a minha principal mensagem para os doadores é”...

A minha principal mensagem para os doadores é, provavelmente, a de que reflitam sobre um ponto de grande interesse. Houve uma avaliação interna da estrutura do FMI sobre o comportamento do FMI durante a crise, até 2009. O relatório saiu em janeiro de 2011.¹⁷ É bom, no sentido em que, dentro da instituição, no tempo de Strauss-Kahn, foi criado um espaço de crítica. Um dos pontos críticos era que o FMI, durante aquele tempo todo, seguiu os desejos do setor financeiro americano, quer dizer, Wall Street. Agora, tomemos [como referência] o Ministério da Cooperação Holandesa, acho que se houvesse um debate aberto sobre esse tipo de avaliação, isso podia ter um impacto. Respondendo à pergunta, [a minha mensagem] seria simplesmente: leiam e reflitam sobre o que as vossas fontes de avaliação dizem, sobre as coisas interessantíssimas que vêm, sob certas circunstâncias, de dentro das próprias organizações. Outra possibilidade é prepararem-se para uma eventual dissolução. Todo o paradigma da ajuda internacional pode ser deitado fora e um novo, de redistribuição, surgir. Mas isso é uma proposta para o futuro. O sistema de ajuda vai continuar a ter uma grande importância como instrumento de política internacional e não vai desaparecer, mas vai ser sujeito a uma muito maior pressão.

Perante essa pressão e perante a crise, perante todas as questões que se colocam neste desenvolvimento da ajuda como indústria, qual é o papel das ONG e o que podem fazer?

Temos a vertente de repensar os paradigmas do mundo das ONG, no seu assistencialismo, sei que esse debate está em curso, mas continua a ser um problema. Em segundo lugar, sobre esse modelo de cadeia de ajuda, há um livro muito importante que é “*The Aid Chain*”.¹⁸ É o resultado de uma pesquisa de uma equipa inglesa no Uganda e na África do Sul, sobre ONG britânicas. A mensagem principal é que, devido aos relacionamentos de poder e de informação, mas principalmente de poder, a maioria das ONG trabalham principalmente para assegurar que a informação que chega ao topo da cadeia é sempre uma informação que permita a continuação do fluxo de recursos. O que está criado, nessa ótica - em que toda a informação que não está de acordo com as expectativas, de acordo com o paradigma de que a nossa ajuda vai fazer diminuir a pobreza, não passa - é um universo de ficção. É um mundo de sonhos, de ‘*wishful thinking*’, que coloca grandes impedimentos a aprender com o próprio trabalho. É por isso que eu fico tão satisfeito ao ver aqui, numa mesa aqui fora, um livro do CIDAC com uma apreciação de um trabalho que fizeram¹⁹.

¹⁷ [IMF Performance in the Run-Up to the Financial and Economic Crisis: IMF Surveillance in 2004-07, Washington DC: Independent Evaluation Office \(IEO\) of the IMF, January 10, 2011.](#)

¹⁸ “*The Aid Chain: Coercion and Commitment in Development NGOs*”, Tina Wallace with Lisa Bornstein and Jennifer Chapman, Bourton on Dunsmore: Practical Action Publishing / Intermediate Technology Publications Ltd. 2007

¹⁹ [“Sistematização de Experiências: aprender a dialogar com os processos”, CIDAC, s/d](#)

Se os leitores desse livro seguirem esse tipo de conselho e evitarem continuar a dizer o que o financiador quer ouvir, estão no bom caminho. Em terceiro lugar, seria explorar a possibilidade de alianças, com o Norte e o Sul, [de organizações] produtoras de conhecimento, não para fins acadêmicos, mas para reforçar a qualidade do conhecimento dentro das próprias ONG. Um dos meus pontos de interesse são esse tipo de iniciativas, como a Global Witness, a Tax Justice Network, todas essas medidas de transparência, tanto no Norte como no Sul, onde é mais perigoso exigir transparência. Aí, vejo passos em frente e vejo mais possibilidades de continuar a empurrar essa fronteira.

Durante os debates, que perguntas achou mais interessantes?

Há todo um debate sobre se vale a pena construir um Estado. Depois de anos de discussão sobre Estados frágeis, há vozes que dizem, talvez não, talvez o mais importante seja descobrir e fortalecer autoridades indígenas, a vários níveis, que dêem a vários níveis, uma liderança inclusiva. Isso não quer dizer que precisemos de mais Mobutus e de menos tecnocratas, mas é um reconhecimento de que os moldes clássicos do Estado talvez sejam uma utopia em certas zonas de África, em circunstâncias pós-conflito, por exemplo. Precisamos de nos focar no que é possível em termos de governação. Outro aspeto que é talvez mais importante para a ação não-governamental, é que esta, por via de regra, tem mais sucesso onde há um contexto que permite um impacto. E, aí, entramos na questão de qual é o posicionamento das ONG sobre os serviços do Estado e a política. Talvez a mensagem seja a de que não é suficiente entrar num país, oferecer serviços, bens, encorajamento, solidariedade, onde essa ação não-governamental não tem uma contrapartida que crie mais estabilidade e permita a realização de direitos. Porque a ação de uma ONG, afinal, fica muito aquém da criação dos sistemas em que é possível reclamar e alcançar direitos.

Podia dar-me um exemplo?

Um exemplo será a diferença entre a ação de uma ONG de promover capacidades entre os jovens, para que estes criem o seu próprio emprego (e há dezenas desse tipo de programas, mas o resultado a médio-longo prazo desses esforços não dá grande coisa a vários países, como na África do Sul ou na Etiópia, na Índia, onde há agora programas de emprego garantido. Bom, é um emprego mal pago, às vezes muito duro, como na construção de estradas, mas é uma forma de garantir emprego e uma forma de vida para pessoas empobrecidas.

E isso é assegurado pelo Estado?

Pelo Estado, sim. Em certos casos, como na Etiópia, houve algum encorajamento dos doadores. O que é interessante nisto é que é o resultado de uma pressão política por parte de partidos, movimentos sociais, exigindo uma resposta concreta do Governo. E, uma vez que há essa resposta, há um incentivo para continuar essa pressão. Mas podemos imaginar o mesmo tipo de coisas em termos de educação, cuidados primários de saúde,... Há uma estabilidade dos programas do Governo que os programas das ONG não têm. Para as ONG, em qualquer parte do mundo, [a questão é que] em que medida querem que o seu próprio trabalho,

reforçando a ação coletiva dos cidadãos (dos sindicatos, etc), reforce também certos aspetos da política do Estado? Uma das minhas ligações neste momento é com uma rede global chamada Shack Dwellers International, formada por grupos [organizados] por cidade. A abordagem deles é: “queremos fazer as nossas moradias melhores, as nossas zonas, sobretudo nas periferias das cidades, melhores, mas não só com as nossas forças, queremos dialogar e pressionar e criar coisas novas com as autoridades locais, sejam municipais, políticas ou técnicas”. Esse modelo está a funcionar e está a ser um exemplo de como uma ação coletiva não-governamental tem um impacto nas estruturas e políticas do Estado, mesmo com [os que têm] capacidades limitadas.

Modelo alternativo da ajuda ao desenvolvimento

Aquele último quadro (apresentado na página 13 desta memória) que tinha na sua apresentação de 24 de novembro, sobre o modelo redistributivo, levantou muito interesse. Como vê esse modelo posto em prática?

Na prática já temos alguns exemplos. Em França e noutros países há um imposto por cada bilhete de avião, cerca de dez euros, e este dinheiro é canalizado para o sistema de saúde [dos países mais empobrecidos]. Estamos quase no ponto de criação de um novo fluxo a partir das transações internacionais. No mundo do HIV-SIDA e malária, há um financiamento especialmente organizado. Para mim, o desafio é o seguinte: já temos sistemas que funcionam para a ajuda na saúde, porque não noutros setores? Quais são as lições que podem ser tiradas desses sistemas de financiamento especial? Sei que há outros que dizem que temos de incluir a pista do filantropo-capitalismo, a Fundação Bill Gates e outras. O Bill Gates é um poder, nos relatórios sobre fluxos de ajuda há uma linha para essa fundação, como se fosse um Estado. Mas esse não será o meu conselho. Essas empresas e famílias ricas merecem atenção, como todos os outros, mas através de sistemas de impostos normais e não de forma voluntária, que é o que é recomendado. A revista “The Economist”, que tem um peso importante na formação de opiniões, considera a filantropia algo de muito bom, algo a fazer...

Outros aspetos desse modelo de redistribuição, uma experiência que está em curso neste momento, que é modesta, mas existe, é na Noruega. Há dois ou três anos, o Ministro da Cooperação norueguês decidiu que a Noruega ia apoiar iniciativas sobre a questão dos impostos, a nível nacional, em países recetores, e a nível internacional. Não conheço todos os aspetos da estratégia norueguesa, mas uma coisa é evidente: [o governo norueguês] apoia as ONG norueguesas para aprofundarem o conhecimento do assunto e iniciativas de transparência. A Tax Justice Network é outra organização envolvida no que se chama Global Financial Integrity. Esse tipo de ação está a ter um impacto. Um exemplo é uma iniciativa de uma comissão oficial do Parlamento britânico, o Cross Party Committee, em que cinco ou seis membros do Partido Trabalhista, cinco do Partido

Conservador e um dos Liberais se focaram nos impostos, com o fator desenvolvimento no centro²⁰. As recomendações são espantosas. É uma coisa muito positiva, entre as fontes principais estavam precisamente estas ONG apoiadas pela Noruega. Ainda não há nenhuma lei nova em Inglaterra, mas há esse relatório e há esse movimento. É um exemplo de como não tanto a quantidade de dinheiro, mas a sua colocação estratégica, pode ter um grande impacto. Para mim, também ainda são um pouco vagas as decisões políticas para criar um sistema global. Mas creio que os primeiros passos estão a ser dados.²¹

Percurso profissional

Como começou a sua vida profissional?

Eu tive uma oportunidade enorme, imediatamente depois de acabar os meus estudos secundários, de viajar com a minha família, ou seja, em 1965, para África. E passei um ano no Malawi, viajei até à Zâmbia, Congo, e isso foi uma revelação para mim, um novo mundo. A partir daí, orientei os meus estudos, quatro anos nos anos 1960 e viajei duas vezes, durante o verão, para a África Ocidental, fui fazendo estudos e pesquisas nessa área. Imediatamente depois da universidade, em 1970, voltei a África, para dois anos de trabalho voluntário, em que recebia um pequeno salário para sobreviver, na África Oriental. Portanto, era trabalho, pesquisa, e estudo académico. Em 1972, regresssei e entrei na segunda parte da minha vida académica, em Princeton, que era mais voltado para a economia do desenvolvimento. Aí, comecei um trabalho para uma ONG norte-americana progressista naquela época, os Quakers, que naquela altura estavam completamente envolvidos contra a guerra do Vietname. Eu trabalhava na secção de África. Ou seja, o meu trabalho é uma mistura de trabalho académico, trabalho com ONG e, a partir de vários períodos em que vivi em África – vivi em Moçambique, entre 1980 e 1983, nos anos altos da revolução moçambicana, depois voltei para o Zimbabwe, entre 1988 e 1992, trabalhando para uma organização holandesa -... a partir de 1985, comecei também essa vida de consultoria e pesquisa semiacadémica. Ou seja, é uma mistura de várias atividades, principalmente na África Austral. Tenho mais experiência em Angola, que comecei a visitar em 1985, e sobre a qual publiquei vários textos, começando com um livro em 1992. Mas tenho visitado todos os países de expressão lusófona.

²⁰ ["Tax in Developing Countries: Increasing Resources for Development", International Development Committee 2012, UK Parliament, August.](#)

²¹ ["Global capital markets, direct taxation and the redistribution of income", Valpy FitzGerald, Oxford University, First draft of paper presented to the conference "Economic Policies of the New Thinking in Economics" at St Catherine's College, Cambridge 14 April 2011](#)

E quando começou a relacionar a sua experiência de campo com a economia e uma visão mais global do que era a ajuda externa?

Bom, houve um momento em que eu percebi em como era inocente num mundo muito complexo e cheio de interesses políticos. Eu trabalhei durante um ano num programa humanitário para ajudar a população do Sul do Sudão. Era no fim do primeiro período de guerra, houve uma guerra no Sul do Sudão entre 1964 e 1972, [depois] houve um acordo de paz, e foi nessa altura. Esse momento de revelação foi no Sul do Sudão, onde eu entrei ilegalmente, porque a minha tarefa era entregar medicamentos. Fomos de Kampala, no Uganda, com um quatro rodas, até à fronteira entre o Congo e o Sudão e importámos, ilegalmente, tipo contrabando, mas com a aprovação de todas as autoridades políticas ao longo do caminho, os medicamentos. De repente, eu estava a falar com um militar do exército sul-sudanês, os rebeldes. E notei que, por cima do bolso da camisa, ele tinha uma insígnia dos paraquedistas. Paraquedistas?!, pensei. Sim, senhor, disse-me ele, eu sei saltar de um avião e chegar bem ao chão. E onde aprendeu essa habilidade? Em Telavive, disse-me ele. E naquele momento, muita coisa ficou esclarecida. Eu estava, na minha total inocência, num jogo internacional, em que Israel, os americanos, toda a ajuda humanitária, subvencionada principalmente por dinheiro inglês, jogava um papel. Esse exército de rebeldes era um pedaço de um jogo internacional. Foi um momento da minha aprendizagem sobre o mundo da ajuda. Não foi o único. Uma breve experiência no Banco de Desenvolvimento Africano foi outro momento. Todos os debates na Holanda e com os canadianos. Também aprendi muito com o CIDAC, que foi uma experiência breve no verão de 1980, mas com pessoas como o Luís Moita, aprendi muito. Sendo muito concreto, a partir do momento em que me concentrei sobre o que é a indústria da ajuda, houve vários pedidos para que eu escrevesse artigos para revistas. E, a certa altura, chegou um pedido de uma editora inglesa, a Zed Books, pedindo se eu podia criar um livro acessível sobre a indústria da ajuda. A minha resposta foi imediatamente “sim”. Levei quase todo o ano de 2001 para escrever o livro “*Dar y Tomar*”. Anteriormente, em 1994 e 1995, tive a oportunidade de criar um livro juntamente com outros autores, do qual fui o organizador, o “*Compassion and Calculation*”²². Essas publicações criaram a oportunidade de me focar mais sobre a indústria da ajuda.

E agora, o que pensa fazer a seguir?

20 anos depois, tenho a ideia de voltar ao “*Compassion and Calculation*”, porque estou ainda em contacto com grande parte dos que contribuíram, e criar um livro retrospectivo, mas em prospetiva. Em que ponto tínhamos uma visão adequada ou não? Mas isso é um sonho meu. O livro original foi publicado em 1996 e temos talvez dois anos para preparar um outro. Neste momento, o meu foco principal é sobre a governação global. O trabalho que estou a fazer agora é para o NOREF, um *think-thank* em Oslo, sobre este tema.

²² A versão em castelhano chama-se “*Compasión y Cálculo. Un análisis crítico de la cooperación no gubernamental al desarrollo*”